

Publicação da Secretaria do Tribunal
de Justiça do Estado de Minas Gerais

BH - FEVEREIRO - 2011
ANO 17 - NÚMERO 157

Programa de apadrinhamento beneficia **menores abrigados**

A Vara Cível da Infância e da Juventude, em parceria com o Centro de Voluntariado de Apoio ao Menor (Cevam), mantém o programa Conviver. Por meio dele, crianças e adolescentes que vivem em abrigos podem conhecer a realidade de outras famílias.

Páginas 6 e 7

O valor da convivência

O Projeto Conviver, mantido pela Vara da Infância e da Juventude em parceria com a organização não governamental Centro de Voluntariado de Apoio ao Menor (Cevam), vem desenvolvendo um trabalho social dos mais relevantes, ao permitir que crianças e adolescentes retirados de suas casas e colocados em abrigos possam conhecer a realidade de outras famílias. Trata-se de uma iniciativa valiosa e vitoriosa que merece o apoio e o reconhecimento de todos nós.

Porém, o esforço desenvolvido pelos responsáveis por tal programa vai muito além. E, nesse sentido, a matéria que trata do assunto nas páginas centrais desta edição é bastante oportuna.

Ela mostra a importância do apadrinhamento de crianças abandonadas ou que foram retiradas do convívio familiar por falta de cuidado dos responsáveis. Nos leva à reflexão sobre a nossa responsabilidade social e deixa claro que a solidariedade não tem (e nem pode ter) prazo de validade.

O período do Natal emociona a todos, faz crescer o espírito solidário, e, conseqüentemente, a procura por esses afilhados tende a ser maior. É importante que isso aconteça.

Mas o que a matéria e os responsáveis pelo programa procuram chamar a atenção é que não basta que isso ocorra apenas pontualmente. A ação tem que ser permanente; as crianças estão lá, abandonadas, sonhando com um futuro melhor, que passa necessariamente pelo estabelecimento de um vínculo familiar e pela sua inserção em um lar.

A sociedade, como um todo, e os potenciais padrinhos, em particular, muito provavelmente des-

conhecem como chegar até essas crianças, o que precisam fazer para se candidatar ao apadrinhamento ou à adoção, bem como os riscos e obrigações dos envolvidos no processo.

Por ser um assunto relevante, que emociona sempre os leitores e, invariavelmente, gera boas matérias, deveria servir de pauta permanente para a imprensa séria e responsável. Afinal criança abandonada não merece destaque somente quando o fato rende reportagens sensacionalistas como o bebê jogado na lagoa, ou o recém-nascido encontrado na lata de lixo.

A edição que você tem em mãos reporta ainda outros assuntos, como o cotidiano da vida de um magistrado. É o caso da entrevista com a juíza do Tribunal do Júri de Contagem, Marixa Fabiane. Ela fala dos desafios que enfrenta no dia a dia, entre eles, casos polêmicos como a condução do processo "Caso Bruno", que ganhou repercussão no Brasil e no exterior.

A criação do Programa Gestão de Primeira, que pretende padronizar as rotinas de trabalho das varas judiciárias, órgãos auxiliares da direção do Foro e juizados especiais, é outro destaque. Com a sua implantação o TJ pretende também cumprir a Meta 5 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que propõe a implantação de método de gerenciamento de rotinas em pelo menos 50% das unidades judiciárias de 1º Grau.

A edição mensal do *TJMG Informativo* aponta o que está sendo realizado e mostra que a Justiça mineira segue avançando para assegurar maior presteza e celeridade às demandas dos jurisdicionados.

Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Presidente:

Desembargador Cláudio Costa

1º Vice-Presidente:

Desembargador Carreira Machado

2º Vice-Presidente:

Desembargador Herculano Rodrigues

3º Vice-Presidente:

Desembargadora Márcia Milanez

Corregedor-Geral:

Desembargador Alvim Soares

EXPEDIENTE

Editor Responsável e Secretário Especial

de Comunicação da Presidência: Helcio

Zolini (RP nº 2736/MG); **Secretário Especial**

da Presidência: Luiz Carlos Elói;

Assessora de Comunicação Institucional:

Valéria Valle Vianna; **Gerente de Imprensa:**

Wilson Menezes; **Coordenadora de**

Imprensa: Letícia Lima; **Editores:** Ione

Bernadete Dias (RP nº 1929/MG) e Patrícia

Melillo (RP nº 04592/JP); **Revisão:** Patrícia

Limongi; **Design Gráfico:** Narla Prudêncio

Fotolito e Impressão:

CGB Artes Gráficas Ltda

Ascom TJMG

Rua Goiás, 253 – 1º andar – Centro, Belo

Horizonte/MG

CEP 30190-030

Tel.: (31) 3237-6551

Fax: (31) 3226-2715

E-mail: ascom@tjmg.jus.br

Ascom TJMG/Unidade Raja Gabaglia:

(31) 3299-4622

Ascom Fórum BH: (31) 3330-2123

Tiragem: 3 mil exemplares

Portal TJMG: www.tjmg.jus.br

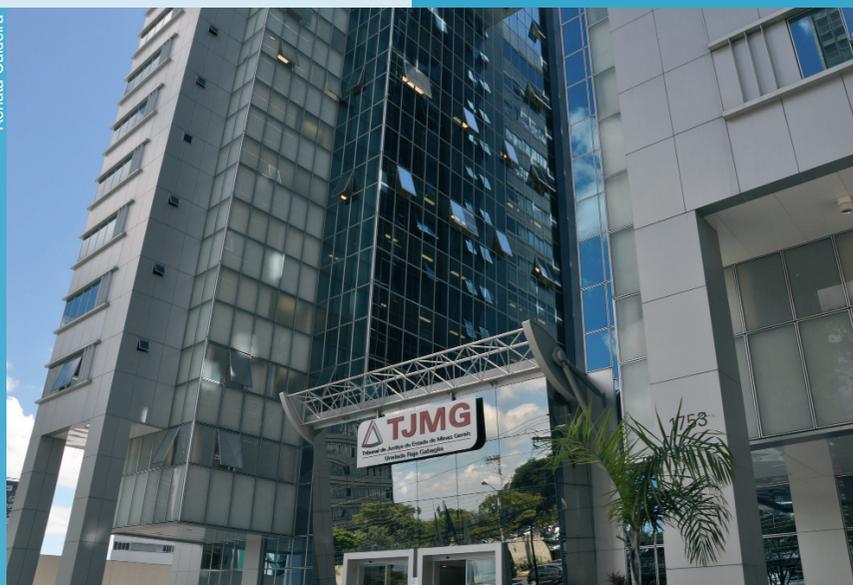
Participe

Interessados em divulgar notícias nas próximas edições do *TJMG Informativo* devem encaminhar o material à Ascom pelo e-mail informativo.ascom@tjmg.jus.br.

Prédio da Raja ganha nome de magistrado

Edifício Desembargador Márcio Antônio Abreu Corrêa de Marins. Esse será o nome do prédio do TJMG, Unidade Raja Gabaglia. A Lei 19.299/2010, que o denomina, foi promulgada pelo governador Antônio Anastasia, após aprovação da Corte Superior do TJ. O desembargador Corrêa de Marins foi presidente do Tribunal de Justiça no biênio 2003/2005. Natural de Santos Dumont, Minas Gerais, ingressou na magistratura em 1966, ao se tornar juiz da comarca de Ervália. Passou ainda por Manhumirim e Lavras até chegar a Belo Horizonte em 1978. Foi juiz do extinto Tribunal de Alçada em 1984. Atuou também como vice-presidente do Tribunal Regional Eleitoral em 1998 e presidente dessa casa em 2000. No TJMG, ocupou também a 2ª Vice-Presidência e foi superintendente da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes.

Renata Caldeira



Manuela Ribeiro

Assentada a poeira de fim de ano, é bom recomeçar com energia redobrada. Essa é a perspectiva da conciliação no TJMG. A prática, caracterizada por muitos como “a Justiça do século 21”, atingiu ótimos resultados na quinta edição da Semana Nacional da Conciliação, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça de 29 de novembro a 3 de dezembro de 2010.

Em relação a 2009, o percentual de acordos na área cível aumentou em quase todos os setores: a Justiça comum obteve 31,84% contra 31,81%; as centrais de conciliação, 55,80% contra 54,33%; os juizados especiais, 34,89% contra 34,33%; e os juizados de conciliação, 57,11% contra 45,71%. A única exceção foi a conciliação de precatórios, que alcançou 100% em 2009 e caiu para 99,87% em 2010. Na média, a composição entre as partes também aumentou, de 37,74% para 39,96%. Foram 24.017 audiências realizadas e 9.598 acordos homologados, totalizando quase R\$ 60 milhões.

Na área criminal, realizaram-se 5.868 audiências com 2.853 decisões, entre sentenças homologatórias de transação penal, composições cíveis e homologações de suspensão dos processos. A Justiça comum teve 58,54% de acordos; as centrais de conciliação, 84,77%; e os juizados especiais, 46,33%. Não houve audiências de juizados de conciliação.

Em 2009, foram realizadas 2.575 audiências, que resultaram em 1.150 decisões criminais.

Comparando 2009 e 2010, o crescimento do número de decisões com acordo foi de quase 150%. A média do ano passado, de 48,62%, também foi superior à de 2009 (44,66%).

Salto qualitativo

Os números não mentem. Porém, mais do que o aumento quantitativo, pode-se observar também um

Conciliação 2010: resultados positivos

salto qualitativo. “Conseguimos estar entre os dez tribunais que apresentaram os maiores números de audiências. Mas ressalto que a grande vitória da Semana é a credibilidade que ela tem alcançado na sociedade”, declara a 3ª vice-presidente e superintendente dos Projetos Inovadores do TJMG, desembargadora Márcia Maria Milanez.

O secretário-geral dos juizados de conciliação, Juliano Veiga, concorda. “A Semana de 2010 foi recorde em vários aspectos: no número de audiências agendadas, que aumentou quase 70%, e no número de audiências realizadas, de acordos e de pessoas atendidas. Além disso, pudemos notar a receptividade das partes, dos operadores do direito, dos conciliadores e dos advogados”, avalia.

Veiga credita o avanço a um empenho desta gestão, que investiu numa divulgação prévia, ampla e constante para assegurar maior adesão. Entre os pontos fortes desta edição, ele destaca os mutirões, “um marco no tratamento específico das demandas massificadas”. “O Dpvt, por exemplo, teve 86% de acordos”, comemora.

Segundo a desembargadora, essa ideia se mostrou tão vantajosa que o TJMG pretende estabelecer, neste ano, novas parcerias com empresas, como Unibanco, Itaú e Magazine Luiza. “Vamos continuar in-

vestindo em mutirões para solucionar as demandas massificadas e tentaremos implantar a justiça restaurativa”, afirma Milanez.

Um ponto negativo, para Juliano Veiga, foi a ausência das partes em algumas audiências. “Ficamos aborrecidos, mas isso não deixa de revelar uma qualidade inegável da conciliação: trata-se de uma escolha livre, as partes optam com toda autonomia”, esclarece.

Conseguimos estar entre os dez tribunais que apresentaram os maiores números de audiências. Mas ressalto que a grande vitória da Semana é a credibilidade que ela tem alcançado na sociedade”

Rodrigo Vilaça



Durante a Semana de 2010, 9.598 acordos foram homologados



■ O casarão foi construído no século 18 e possui mobiliário da mesma época

Fóruns de Minas: Justiça preservada

Fernanda Miguez

Uma história secular acompanha o Judiciário mineiro. Algumas das mais antigas comarcas de Minas Gerais —que já foram até capitais do Estado— evidenciam o cenário de outrora. Entre montanhas de um patrimônio cultural e histórico e em meio ao casarão colonial, está um dos primeiros fóruns de Minas, o de Ouro Preto, que fica a cerca de 100 km de Belo Horizonte.

Em 1714, já funcionava a comarca de Vila Rica, que passou a se chamar Ouro Preto 112 anos depois. De acordo com o agente judiciário Ricardo Campos Almeida, um dos servidores que trabalha há mais tempo na comarca, o casarão onde atualmente funciona o fórum foi construído no século 18 e possui mobiliário da mesma época.

No salão do Júri, a influência histórica está em cada detalhe, como nas urnas usadas para selecionar jurados. “Essas urnas têm quase 300 anos pela informação que eu tenho”, conta Ricardo Almeida. Segundo ele, uma tribuna que fica na entrada do salão também é do mesmo período. “Ela foi usada em um julgamento, pela última vez, por volta de 1980”, acrescenta.

Moradores contam que, no século 18, o casarão pertenceu a um senhor de escravos. “No porão, dizem que viviam vários e vários escravos. Inclusive muitos morreram aqui no prédio, segundo a história que nos é contada”, explica o agente judiciário. Hoje, no porão, há processos arquivados, materiais de consumo e produtos apreendidos.

Nos dois pavimentos dessa estrutura secular, funcionam os Juizados Especiais, a Vara Criminal e da

No salão do Júri, a influência histórica está em cada detalhe, como nas urnas usadas para selecionar jurados

Infância e da Juventude. “Nós temos também as assistentes sociais e uma sala de apoio do Ministério Público e da OAB”, complementa Ricardo Almeida.

Mas, de acordo com ele, as instalações do casarão, apesar de já terem passado por uma recente reforma, não comportam a demanda local. “Como o espaço estava muito pequeno, o Tribunal alugou um prédio em 2003, para onde foram transferidas as varas cíveis e os setores administrativos.”

Projeto de mudança

Segundo Ricardo Almeida, a intenção é voltar a concentrar todas as varas num único local. “Já existe um projeto junto ao Tribunal de Justiça para construir um novo prédio, que abrigaria todas as varas novamente, em um terreno do Estado, fora do centro histórico. Isso facilitaria para a população”, explica.

O escrivão Luiz Fernando Neto conta que também existe um projeto para o casarão onde funciona o fórum. “O objetivo é que se transforme esse prédio, que é de uma beleza ímpar, no Museu do Judiciário, porque ele é um museu praticamente já pronto”, diz.

Não é apenas a primeira instância que marca a história do Judiciário em Ouro Preto. Da janela do fórum atual, é possível ver a rua onde foi instalado o Tribunal da Relação de Minas Gerais, que originou a segunda instância da ordem judiciária mineira. Ele funcionou em Ouro Preto de 1874 a 1897, até ser transferido para Belo Horizonte, que passaria a ser a capital do Estado.

Mais história em Mariana

Pelos trilhos da estrada de ferro de Ouro Preto, é possível chegar a outra antiga comarca, a de Mariana, resultado do desmembramento da comarca de Vila Rica. Fundada em 1711 como Vila Leal de Nossa Senhora do Carmo, Mariana foi a primeira capital de Minas. A comarca surgiu em 1870 com o nome de Rio Piranga.

As atividades jurídicas eram exercidas, na época, na Casa de Câmara e Cadeia. “É um prédio lindo, muito antigo, cuja estrutura física é diferente da que temos hoje. Vale a pena ser visitado”, declara o agente judiciário Alex Sandro de Souza Reis. Hoje, o fórum funciona em um outro prédio, próximo ao edifício que abriga o Juizado Especial Cível e Criminal.



A partir de março, 12 varas criminais da capital e 34 do interior terão suas rotinas de trabalho padronizadas

Justiça padroniza procedimentos

Raul Machado

Como se faz para expedir uma carta rogatória? Como emitir um alvará? As respostas a essas e centenas de outras perguntas estão sendo documentadas, passo a passo. Em agosto último, portaria da Corregedoria-Geral de Justiça criou o Grupo Especial de Trabalho responsável por produzir esse material, que será utilizado a partir do próximo mês de março em 46 varas criminais (12 da capital e 34 do interior).

com as IPTs o servidor vai trabalhar menos e produzir mais”

O programa ganhou o nome de Gestão de Primeira e pretende padronizar as rotinas de trabalho das varas judiciárias, dos órgãos auxiliares da direção do

Foro e dos juizados especiais. Com sua implantação, o TJ pretende também cumprir a Meta 5 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que propõe a implantação de método de gerenciamento de rotinas em pelo menos 50% das unidades judiciárias de Primeiro Grau. O Tribunal de Justiça de Minas possui 814 varas, o que torna necessária a padronização em pelo menos 407 para o cumprimento da Meta 5.

“Não estamos inventando nada, estamos registrando a rotina do trabalho”, explica a secretária de Padronização da 1ª Instância, Suporte ao Planejamento e à Ação Correicional, Cecília Belo. As Instruções Padrão de Trabalho (IPTs) refletem o dia a dia das secretarias de forma inteligente, otimizada e dentro das leis vigentes, das normas da Corregedoria e dos atos do CNJ.

Novas ideias

A elaboração das instruções precisa da ajuda de todos. As novas ideias, o novo jeito de fazer uma tarefa, aquele *in-*

sight precisam chegar à fonte das instruções para que sejam replicadas em todas as comarcas, explicam as servidoras Adriana Ferreira e Thais Cruz. “São processos que a iniciativa privada já adotou há algum tempo e agora estão chegando às instituições públicas”, conta Adriana. “O *know how* não pode estar concentrado, precisa ser da Casa”, afirmam.

O Gestão de Primeira é a continuação de um trabalho iniciado em 2003 que padronizou 75 varas da capital. Essas varas já padronizadas vão passar por revisões das IPTs. Segundo Cecília Belo, todos os procedimentos devem ser revisados a cada ano e meio. E os resultados serão acompanhados por meio de indicadores próprios.

“A padronização vai além dos procedimentos de trabalho”, conta a secretária. Os ambientes de trabalho também precisam ser repensados para atender melhor o servidor que executa as tarefas. “É uma ação multissetorial”, explica Cecília Belo. Carimbos, formulários, tudo deve ser padronizado.

Treinamentos

O programa conta com a participação da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef). É lá que vão acontecer todos os treinamentos necessários. Técnicos da escola já trabalham na elaboração de material de apoio que será distribuído juntamente com as IPTs.

Outra área envolvida é a informática. A Gerência de Orientação dos Serviços Judiciais Informatizados (Gescom) e a Diretoria Executiva de Informática (Dirfor) vão levar as rotinas da padronização para o Siscom. Com as IPTs e o material informativo produzido pela Ejef, vai ser encaminhado um manual com todos os procedimentos ao Siscom.

A padronização é um processo constante, praticamente sem fim, pois as normas e leis mudam com frequência, conta a secretária. “O que se busca é uma racionalização dos trabalhos. O intuito é facilitar a vida do servidor”, resume Cecília Belo. Para ela, com as IPTs o servidor vai trabalhar menos e produzir mais.

Solidariedade sem data para terminar

Francis Rose

O olhar de Breno*, 11, fica inquieto enquanto ele procura palavras para descrever o que espera de um padrinho. Morador do abrigo Lar Marista, em Belo Horizonte, ele foi retirado da família há dez meses. No local, mora com outros 19 meninos, entre 7 e 12 anos, todos retirados do convívio familiar por negligência dos responsáveis. Como Breno, os outros meninos do Lar Marista participam do programa de apadrinhamento Conviver, mantido pela Vara Cível da Infância e da Juventude em parceria com a ONG Centro de Voluntariado de Apoio ao Menor (Cevam). O objetivo do programa é permitir que crianças abrigadas tenham a oportunidade de conviver com outras famílias.

No Natal, é comum que apareçam diversas pessoas interessadas em apadrinhar crianças abrigadas. Passadas as festas de fim de ano, contudo, os menores voltam aos abrigos e vários padrinhos nunca mais aparecem. Como solidariedade não tem prazo de validade, a Vara Cível da Infância e da Juventude e o Cevam tentam sensibilizar as pessoas para o apadrinhamento permanente: uma boa ação que dura o ano todo e que marca a vida de uma criança para sempre.

O desembargador Tarcísio Martins Costa, integrante da 9ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais

(TJMG), idealizou o programa 11 anos atrás, quando ainda era juiz da Infância e da Juventude em Belo Horizonte, e buscou a parceria do Cevam. “Nosso objetivo era criar vínculos entre as famílias e os menores”, afirma o magistrado.

O juiz da Vara Cível da Infância e da Juventude de Belo Horizonte, Marcos Flávio Lucas Padula, explica que o apadrinhamento –que pode durar toda a vida– é uma oportunidade de convivência familiar para crianças sem chances de adoção ou de retorno para a família biológica. “A convivência começa devagar e, com o tempo, os padrinhos decidem se querem passar mais tempo com os afilhados. O fato de não desejar adotar não é impedimento para apadrinhar uma criança”, diz.

Muitas pessoas questionam se a convivência periódica, em uma realidade tão diferente da vivenciada pela criança, não seria negativa. Para o juiz, se a família procura criar vínculos e estabelecer uma relação positiva, sempre haverá um ganho do ponto de vista emocional e afetivo.

Convivência

Ananias Neves Ferreira, presidente do Cevam, explica que a convivência comunitária e familiar é um direito fun-

damental. “Há uma troca de experiências, e isso gera enriquecimento para todos os envolvidos.” Ananias não revela números do programa de apadrinhamento. “Quando estamos falando de seres humanos, a qualidade é mais importante do que a quantidade”, diz. O presidente da ONG acredita que, para ser bem-sucedido na convivência com um afilhado, é preciso saber amar, ensinar e aprender.

Para participar do programa, os interessados passam por um processo de avaliação com diversas entrevistas. Tudo é acompanhado por profissionais do Cevam e dos abrigos, sob supervisão da equipe da Vara Cível da Infância e da Juventude. Apenas crianças a partir dos 4 anos podem ser apadrinhadas. O padrinho pode, conforme desejar, visitar a criança, dar presentes, custear



Renata Caldeira

■ Vinte meninos, entre 7 e 12 anos moram no abrigo

tratamento médico e escola, levar para passear, acolher no fim de semana e nas férias, entre outras possibilidades.

A assistente social Adriana Maria do Nascimento Horta, do Setor de Orientação e Fiscalização das Entidades Sociais (Sofes) da Vara da Infância, diz que o programa de apadrinhamento é benéfico. “O que faz a diferença é como essa criança será acolhida. Em uma casa, ela des cobre que há outras formas de viver em família, diferentes da que ela conheceu”, explica. A psicóloga do Sofes Silvana Silva Gonçalves destaca que os ganhos não são apenas das crianças, mas também das famílias que acolhem: “Muitos menores chegam à casa dos padrinhos e dão uma lição, pela força que têm”.

Entre os desafios do programa do Cevam estão o de manter o apadrinhamento após o período natalino e o de conquistar padrinhos interessados em conviver com meninos, sobretudo com os maiores de 10 anos. “Os menores que participam do programa não têm trajetória de rua ou na criminalidade. Eles foram retirados de suas famílias por negligência, abandono, maus tratos ou abuso”, diz Adriana. Antes de escolher um afilhado para o padrinho, a equipe do Cevam avalia os perfis da família e da criança.

Os pastores Claudinei e Andreia Rocha são padrinhos de Larissa*, 11, há um ano e meio. A menina passa todos os finais de semana, feriados e férias na companhia do casal e de seus dois filhos, um com 9 anos e outro com 2 meses. “Ela passava conosco, joga *video-game*, vai à igreja. Não a tratamos com diferença. Queremos que ela cresça sabendo que pode sonhar com um futuro maravilhoso”, revela Claudinei.

Efeito mágico

Cássio*, 12, fala com carinho do padrinho que tem há oito meses. “Na casa dele, solto papagaio, vejo TV e brinco com os vizinhos. Adoro o pé de manga. Lá também tem pé de limão, de abacate, de acerola e de carambola. Depois que fui apadrinhado, fiquei menos bagunceiro”, diz.

A assistente social Cássia Augusta Leite Vieira, do Lar Marista, afirma que o apadrinhamento tem um efeito quase mágico sobre as crianças. “Mesmo um pouco de amor já é suficiente para que eles fiquem felizes”, diz. No abrigo, mantido pelos maristas, moram 20 meninos. Em Belo Horizonte, há 42 unidades que abrigam menores retirados de suas casas. Cada abrigo tem, em média, 15 crianças e adolescentes.

O Lar Marista tem árvores, horta e muito espaço. As crianças frequentam a escola, recebem reforço escolar e alimentação, participam de atividades pedagógicas e têm aulas de futebol e de formação humana. Dependendo da faixa etária, fazem aulas de teatro e informática. Também brincam, andam de bicicleta, jogam *video-game*, assistem a filmes e têm tempo livre. Nos fins de semana, visitam parques, praças e participam de programação variada.

Mas falta alguma coisa. Breno, de sorriso tímido e com dentes branquíssimos, lista seus desejos: “Gostaria de conhecer outras pessoas e lugares. Queria um padrinho para nos divertirmos juntos. Seria legal que ele me levasse ao Beto Carrero World”, sonha. A cada novo visitante do Lar Marista, Breno corre até a assistente social para saber se, enfim, chegou algum padrinho para ele.

O fato de não desejar adotar não é impedimento para apadrinhar uma criança*



Renata Caldeira

Equipe do Setor de Orientação e fiscalização das Entidades Sociais da Vara da Infância



Rodrigo Vilaça

Marcos Padula explica que o apadrinhamento pode durar toda a vida

* nomes fictícios

Serviço:
Cevam – (31) 3224-4554

Sistema Themis chega a mais duas câmaras no TJ



Rodrigo Vilaca



Renata Caldeira

O projeto-piloto do Themis foi implantado no ano passado em duas câmaras cíveis do TJMG: na 11ª (E), em maio, e na 16ª (D), em novembro

Manuela Ribeiro

No Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) o acórdão eletrônico já é uma realidade. Neste mês, inicia uma nova fase da implantação do Themis, que permite a informatização das decisões judiciais com publicação de acórdão eletrônico e certificação digital. A expansão deverá abranger duas câmaras a cada mês, a começar pela 3ª Câmara Cível, na Unidade Goiás, e pela 10ª Câmara Cível, na Unidade Raja Gabaglia. O superintendente de Informática, desembargador Fernando Caldeira Brant, esclarece que a meta do Tribunal é concluir a informatização de todas as câmaras em junho de 2012.

Em janeiro, representantes das câmaras criminais do Tribunal e parte da equipe do Sistema Themis foram até o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS), onde o programa foi idealizado. Desembargadores, servidores e assessores das câmaras que deverão acolher o Themis no TJMG também realizaram, entre os dias 31 de janeiro e 4 de fevereiro, treinamento específico para lidar com o programa.

O projeto-piloto do Themis foi implantado em 2010 em duas câmaras cíveis do TJMG: na 11ª, em maio, e na 16ª, em novembro. O ano passado foi um período de maturação do sistema, que sofreu adaptações para compatibiliza-

ção com o Sistema de Acompanhamento Processual (Siap) e o Sistema de Informatização dos Serviços das Comarcas (Siscom).

Vantagens

Ana Paula Rodriguez, coordenadora do Projeto Themis, ressalta como benefícios do *software* o aumento da eficiência na rotina de trabalho nos cartórios e nos gabinetes, a integração nos processos de trabalho dos magistrados, a geração de documentos e assinatura digitais e a possibilidade de julgar mais processos a cada sessão.

“Ao fim da sessão, o acórdão pode ser consultado publicamente pela *internet* em até cinco dias, antes do prazo determinado pelo Conselho Nacional de Justiça, de 10 a 15 dias. Partes e advogados presentes às sessões, por outro lado, acessam a decisão instantaneamente, por meio de um computador disponibilizado nos plenários exclusivamente para isso”, explica o desembargador Caldeira Brant. O magistrado destaca ainda que o programa “promove o gerenciamento das sessões em conjunto, ampliando a interação entre os gabinetes e a secretaria e facilitando as etapas de revisão e pré-exame pelas turmas julgadoras.”

Conforme a coordenadora do Projeto Themis, a resposta à nova ferramenta tem sido positiva. “A aceitação pelos usuários é grande. A implantação do sistema recebeu vários elogios dos profissionais da Justiça pela sua eficiência”, relata.

A escritã, em substituição, Ângela Monteiro Lacerda, da 11ª Câmara Cível, conta que o Themis foi uma verdadeira revolução. “Antes descíamos cheios de papéis para a sessão. Hoje, é só ligar o computador e está tudo na tela. O sistema é de fácil operacionalização e tornou as sessões bem mais rápidas, mesmo aquelas com pautas extensas. Os documentos são assinados digitalmente em poucos minutos”, relata.

De acordo com a servidora, o Themis permite a inscrição dos advogados para sustentação oral e automaticamente dá prioridade a esses processos. O sistema também gera relatórios e torna a comunicação mais direta e eficaz, sinalizando quais processos devem ser retirados de pauta. “Quem conhecer o sistema não vai conseguir deixá-lo, pois ele otimiza os procedimentos e é vantajoso até para o meio ambiente, pois reduz a quantidade de papel empregada nas sessões”, conclui.

Renata Caldeira



Experiência para julgar causas complexas

Daniela Lima e Valéria Vianna

Juíza do Tribunal do Júri de Contagem desde maio de 2009, Marixa Fabiane fala, nesta entrevista, das peculiaridades de seu trabalho e do desafio de conduzir o processo conhecido como “Caso Bruno”, de grande repercussão na mídia e na sociedade, que resultou na pronúncia de oito dos nove acusados. Com doze anos de magistratura, já atuou nas comarcas de Campo Belo, Nepomuceno e Caeté. A juíza disse que se interessou pela carreira ao trabalhar como escrevente com o juiz Eli Lucas de Mendonça, a quem sempre admirou por sua inteligência, honestidade e firmeza.

■ Para Marixa Fabiane, as decisões do juiz podem salvar vidas

TJMG Informativo - Como é o trabalho no Tribunal do Júri?

MF - O juiz é como um médico, suas decisões podem salvar, porque a maioria dos crimes contra a vida aqui em Contagem está direta ou indiretamente ligada ao tráfico de drogas. O traficante mata ou encomenda a morte de alguém por motivos como dívidas não pagas e disputa por pontos de vendas. Há também as mortes decorrentes de guerra entre gangues rivais, nas quais bandidos, não necessariamente traficantes, impõem-se à comunidade pela violência. Em menor escala estão os homicídios passionais. Em geral, o homicídio é praticado às claras, na presença de testemunhas que, temendo por si e por sua família, calam-se. A “lei do silêncio”, por um lado, e, por outro, a falta de recursos técnicos da polícia, a meu ver, são os principais obstáculos para a apuração da autoria e a elucidação dos crimes de homicídio.

TJMG Informativo - Como lidar, nos casos de repercussão, com a pressão da imprensa, de advogados e da sociedade?

MF - A imprensa almeja manter a sociedade informada. Ela cumpre um papel importante. No “Caso Bruno”, em nenhum momento senti-me pressionada. O juiz é imparcial quanto aos fatos em apuração; mas, observados os princípios do contraditório e da plenitude da defesa, deve defender com unhas e dentes a regularidade da instrução processual e motivar sua equipe a trabalhar em prol do resultado positivo, de uma instrução que chegue ao final sem percalços.

TJMG Informativo - É comum, no Tribunal do Júri, julgamentos de causas extensas, complexas, difíceis?

MF - Não é nada comum. Um processo com a com-

plexidade do “Caso Bruno” é coisa rara: durante a instrução, nove réus foram presos, houve um total de 24 advogados cadastrados no Siscom e mais de uma dezena habilitados nas procurações e substabelecimentos acostados. São 21 volumes, com mais de cinco mil páginas. A vantagem é que eu levava os 21 volumes digitalizados para casa, no *per drive*, e à noite ficava lendo. Quando não estou presidindo o júri, faço, diariamente, de três a cinco audiências de instrução completas, com oitiva de testemunhas de acusação e defesa e interrogatórios. Já nesse processo, gastei cinco dias para ouvir testemunhas em Contagem e outros cinco dias para interrogar os réus. As audiências começavam por volta das 9h, a primeira durou até as 3h30 da madrugada e as demais terminavam entre 20h e 21h. Isso sem contar as audiências realizadas por cartas precatórias em Belo Horizonte, Vespasiano, Sabará, Esmeraldas, Pitangui, Ribeirão das Neves e em outras unidades da federação (Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul e Alagoas). Ao todo, foram arroladas mais de 160 testemunhas.

TJMG Informativo - Nesses casos, como manter a serenidade e a firmeza?

MF - Às vezes, o clima da audiência fica pesado. Mas a tensão é maior durante os interrogatórios. Normalmente os réus são orientados a dar essa ou aquela versão. O advogado fica nervoso, ansioso por ouvir cada resposta, para ver se o réu vai responder de acordo com a tese previamente articulada. O réu fica nervoso, pois sabe que será sabatinado; o promotor, porque quer provar a denúncia. Em um cenário assim, o juiz é o único que não pode perder o controle. Deve manter a calma e a serenidade contra tudo e

contra todos. Nesses momentos, um sorriso, uma cortesia e até uma piada quebram o clima de tensão. Não tenho dúvidas de que o estado de espírito das testemunhas e dos réus durante suas oitivas influencia muito na busca da verdade. Em processos complexos, detalhes fazem diferença.

TJMG Informativo - E como a senhora concilia o trabalho com o lado pessoal? E com a saúde, algum cuidado especial?

MF - Separar a juíza Marixa da mulher é praticamente impossível. Na véspera da primeira audiência (8/10/2010) para oitiva de testemunhas do Ministério Público, no “Caso Bruno”, eu havia acordado às 3h da manhã, com meu filho de 2 anos queimando de febre. Ministrei-lhe um antitérmico, dei banho morno e fiquei acordada, monitorando a temperatura. Na dose seguinte, às 6h, o relógio despertou: era hora de me apressar para sair para a audiência. Naquele dia, fiquei 25 horas acordada. Quanto à minha saúde, procuro ter uma alimentação saudável. A única atividade física que faço é brincar com meus dois filhos, um de dois e outro de quatro anos. Infelizmente não tenho tido tempo para academia. A meditação é o que me nutre e equilibra. Nos momentos difíceis, rezo e peço sabedoria e proteção. Às vezes, rezo o terço enquanto estou no trânsito; é como um mantra, você repete a oração inúmeras vezes, concentra-se em resultados positivos, se fortalece. Sem dúvidas, Deus sempre foi e sempre será a minha maior fortaleza.

Em dia com as normas para viagem de menores

Marcos Xavier

Carnaval e Semana Santa são os próximos feriados que provocam grande movimentação nas estradas e aeroportos. Aqueles que têm filhos menores devem estar sempre atentos às regras que existem para esses viajantes especiais.

Se a viagem for dentro do país, o adolescente (com idade entre 12 e 18 anos incompletos) não precisa de autorização do Juizado da Infância e da Juventude para viajar desacompanhado. Basta que esteja com um documento legal de identificação que comprove sua idade – certidão de nascimento original ou cópia autenticada, identidade, passaporte.

Também não é necessária autorização judicial para o menor de 12 anos que viajar acompanhado de pai e mãe, ou apenas de um dos pais, do responsável legal, de um irmão maior de 18 anos, de tios diretos ou avós. Nesses casos, basta que os acompanhantes estejam portando a certidão de nascimento (original ou cópia autenticada) ou o RG da criança e um documento que comprove o parentesco com o acompanhante.

Caso o menor de 12 anos deva viajar acompanhado de uma pessoa que não seja parente, o

pai ou a mãe deve então comparecer a um dos postos do juizado munido da certidão de nascimento da criança (original ou cópia autenticada), documento de identificação do genitor, além dos dados do acompanhante. A autorização deve especificar o local aonde irá a criança, o acompanhante, o endereço onde ela irá ficar e a duração da viagem. Esse documento deverá ter firma reconhecida em cartório por um dos pais.

Por fim, caso a criança deva viajar desacompanhada, o pai ou a mãe deverá comparecer a um dos postos do juizado, munido de um documento de identificação e da certidão de nascimento da criança (original ou cópia autenticada) para requerer a autorização.

Há quatro postos do juizado em Belo Horizonte: na Vara da Infância e da Juventude (Av. Olegário Maciel, 600), no shopping Pátio Savassi, no aeroporto da Pampulha e na rodoviária.

Viagem internacional

A Portaria 1.456/2010 da Corregedoria-Geral de Justiça, publicada em dezembro, dispõe

sobre a autorização judicial para viagem internacional de menores. A portaria, que pode ser acessada no *Portal TJMG* (www.tjmg.jus.br), informa quais os documentos necessários nos casos em que o menor deva viajar sem a companhia de um dos genitores ou de ambos.

Caso não haja consentimento de um ou de ambos os genitores, é necessária a autorização judicial do juiz da Vara da Infância e da Juventude.

Em Belo Horizonte, mais informações podem ser obtidas pelo telefone (31) 3207-8100 (Vara da Infância e da Juventude).

Há quatro postos do juizado em Belo Horizonte: na Vara da Infância e da Juventude, no shopping Pátio Savassi, no aeroporto da Pampulha e na rodoviária

Rodrigo Vilaça



Menores de 12 anos necessitam de autorização judicial para viajar sem a companhia dos pais ou parente próximo

Doações beneficiam entidades

Renata Caldeira



■ O abrigo de crianças Lar de Marcos, em Contagem, ganhou móveis e computadores

Vanderleia Rosa

De acordo com os princípios da sustentabilidade, o que não serve ou está obsoleto para uma instituição pode ser útil para outra. É o que ocorre com os móveis e os computadores substituídos, de maneira responsável, pelo TJMG. Todos têm um destino social e vão aparelhar escolas públicas, hospitais, instituições assistenciais, entre outras. Mas a doação só ocorre após avaliação criteriosa dos bens pela Coordenação de Patrimônio (Copat) e a constatação de que o custo para recuperação e/ou transporte é inviável.

O que não pode ser reaproveitado pelo próprio Judiciário faz diferença para outras instituições. Um exemplo de entidade beneficiada com doações da Justiça é a Instituição Espírita Lar de Marcos, localizada no bairro Ressaca, em Contagem. A entidade, que acolhe crianças do sexo masculino em situação de vulnerabilidade social, já recebeu diversos móveis, entre cadeiras giratórias,

arquivos, armários, estantes, impressoras e computadores. Praticamente todo o setor administrativo da instituição, que funciona no bairro Eldorado, foi montado com bens doados pelo TJ, conta a coordenadora de projetos sociais Fátima Lúcia França.

O que não pode ser reaproveitado pelo próprio Judiciário faz diferença para outras instituições

Instituições do interior também são beneficiadas com esse tipo de doação. Entre elas, a Escola Estadual Erênio de Souza Castro, de Espera Feliz, que recebeu móveis do Fórum

local. A escola já contava com os computadores, mas faltavam os móveis para que eles fossem instalados. A solução surgiu com a mudança do leiaute das secretarias do Fórum e a renovação do mobiliário.

A iniciativa, do juiz Rômulo dos Santos Duarte, amparada na Portaria 1.145/99 do TJMG, beneficiou, além da escola, o 7º Pelotão da Polícia Militar de

Meio Ambiente e Trânsito Rodoviário e o hospital de Espera Feliz. Ao todo foram doados 120 bens, entre mesas para microcomputadores e armários.

Procedimentos

Conforme explicações da Copat, a doação de bens para entidades filantrópicas segue vários procedimentos. O juiz da comarca ou gerente do setor encaminha ofício ao TJ solicitando a substituição dos móveis. Após a avaliação desse mobiliário e a constatação de que não podem ser aproveitados em outra comarca ou recuperados, a Copat autoriza a doação. Só podem ser beneficiadas as instituições filantrópicas, reconhecidamente de utilidade pública.

Outra comarca que ajudou entidades municipais com a doação de mesas e cadeiras foi Arcos. Conforme a assistente social Luciana Mendes, os móveis foram trocados por ocasião da instalação da 2ª Vara. Parte do mobiliário foi encaminhada para a Coordenação de Patrimônio do TJ e parte destinada a doação. As entidades beneficiadas

foram a Polícia Civil de Arcos, o Centro Espírita Bezerra de Menezes e a Sociedade São Vicente de Paula, mantenedora de um asilo no município. A seleção das instituições considerou o trabalho social relevante prestado por elas, informou Luciana Mendes.

Integrando a relação de comarcas que realizaram doações está também Carangola. As secretarias do Fórum foram contempladas com novo leiaute, permitindo que mesas e cadeiras fossem doadas a várias instituições. Entre elas, a Escola Estadual Melo Viana, a Delegacia de Polícia Civil e o Conselho Central Frederico Ozanan, entidade assistencial.

Os bens passíveis de doação pertencentes às comarcas da Região Metropolitana de Belo Horizonte são recolhidos pela própria Copat, que se encarrega de efetivar a doação. Além de móveis, a Copat doa computadores obsoletos. No ano de 2010, dos 3.780 recolhidos pela Copat, 1,5 mil foram destinados a doação. Desses, 750 já foram encaminhados às instituições beneficiadas, e o restante encontra-se em processo final de doação.

TJ abre concurso para escolher seu hino

Wilson Menezes

Está aberto o concurso público para seleção do hino do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais. Podem participar magistrados, servidores e pessoas naturais de municípios do Estado ou que neles residam. O concurso será coordenado pela Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef). O prêmio é de R\$ 10 mil.

Para o superintendente da Ejef e 2º vice-presidente do TJMG, desembargador Herculano Rodrigues, os hinos têm um significado especial para as instituições. "Pretendemos que nosso hino seja fruto da sensibilidade humana, esteja associado ao espírito de um julgador, ao que ele representa e aos atos que pratica".

O desembargador considera que "realizar a Justiça é como criar uma pintura, compor uma música ou até refazer o mundo. É através da arte que as transformações se materializam. O ato de julgar é um ato de amor ao ser humano. A sentença justa é como um hino, pois é verdadeira obra do espírito e só por isso brilha".

Composições inéditas

Só serão aceitas composições inéditas e não publicadas, sendo vedados plágios ou adaptações poéticas. A letra do hino deverá seguir as normas da língua padrão, e devem ser evitados vícios de linguagem, como ambiguidade e cacofonia. O prazo para inscrições termina em 14 de março de 2011.

Arquivo TJMG



CLICK DO LEITOR

Wander Junior



A praia de Lagoinha é considerada o cartão-postal do Ceará. Menos famosa que Jericoacoara e Canoa Quebrada, é tão bela quanto, com destaque para a duna de areia vermelha que avança para o mar. Considero um passeio imperdível para quem está hospedado em Fortaleza. Dá para ir e voltar no mesmo dia.

Leyse Magda de Carvalho Pinto -
3ª Vara Cível/Betim

Para publicar a sua foto no *Click do Leitor*, envie a imagem e o texto para o e-mail informativo.ascom@tjmg.jus.br.



IMPRESSO